

**Diálogos interpartidários:
um estudo sobre a formação de coligações entre PT e PSDB no Brasil¹**

Nara Oliveira Salles

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

E-mail: narasal@hotmail.com

Resumo: Desde o ano de 1994, o Brasil vivencia uma clivagem eleitoral para a Presidência da República protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Tais legendas se estabeleceram como os principais concorrentes na esfera nacional, ainda que nos níveis estadual e local diferentes dinâmicas podem ser encontradas não somente entre ambos os partidos que, de acordo com os estudos de Anastasia, Meira e Nunes (2010), Machado e Miguel (2010) e Peixoto (2010), se coligam, mas também entre outras agremiações partidárias. Esse apontamento corrobora a perspectiva de Lima Júnior (1980) segundo a qual escolhas feitas pelos partidos políticos nos estados não se orientam pela estratégia nacional, mas pelo tamanho e pela força relativa do partido no contexto local. Assim, a proposta do presente trabalho é apresentar, articular e discutir as diferentes lógicas que operam por trás da formação das alianças ou das disputas travadas entre os partidos políticos no Brasil. No âmbito deste estudo serão exploradas questões como: Haveria uma nacionalização da competição eleitoral nos estados e municípios brasileiros? Quais as principais variáveis que teriam impacto sobre a decisão dos partidos de formarem coligações? Em que medida a mudança da esfera da disputa eleitoral modificaria o comportamento partidário? A partir de tais repostas, seria possível verificar os principais elementos das relações interpartidárias nos processos eleitorais no Brasil.

Palavras-chave: Coligações. Eleições. Partidos políticos.

¹ Trabalho apresentado no V Congresso Uruguaio de Ciência Política, “¿Qué ciencia política para qué democracia?”, Associação Uruguaia de Ciência Política, 7-10 de outubro de 2014.

Diálogos interpartidários: um estudo sobre a formação de coligações entre PT e PSDB no Brasil²

Nara Oliveira SALLES³

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil

Introdução

Na arena política brasileira, independentemente do nível da disputa, os partidos se relacionam entre si, sobretudo, através de coligações partidárias. Sob a ótica da legislação, o conceito de coligação prevê aliança entre as legendas para a disputa eleitoral, “devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários” (Lei nº 9.504/1997, art.6º, §1º). Entretanto, não há consenso na literatura sobre qual (ou quais) a racionalidade e a estratégia que operam por detrás de tais uniões.

Em pesquisa sobre as lógicas das alianças eleitorais nos anos de 1950, 1954 e 1958, Gláucio Soares (1964), ao verificar a frequência das alianças para os cargos de governador, senador e deputados federais e estaduais, propôs a “*teoria da economia de esforços*”, através da qual explicita que os partidos são atores racionais que buscam, com a formação de coligações, a redução de custos da disputa e a maximização de chances de vitória. Contudo, o mesmo autor introduz as diferenças ideológicas como possível freio à formação de coligações e introduz no debate a “*teoria da resistência ideológica*” na qual parte da premissa de que fatos sociais, como urbanização e educação, possam constranger a coligação entre partidos de diferentes matrizes ideológicas. Por esta perspectiva, o grau de proximidade político-ideológica também seria considerado ao se decidir pela construção de alianças.

Gláucio Soares (1964) também atribui importância à variável tamanho do partido em sua explicação. Para ele, partidos menores teriam maior probabilidade de formar coligações já que, assim, somariam mais votos para atingirem o coeficiente

² Trabalho apresentado na Área Temática Partidos, Elecciones y Comportamiento Electoral do V Congresso Uruguaio de Ciência Política, realizado entre os dias 7 e 10 de outubro de 2014, em Montevideu. Participação financiada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF (PPGCSO/UFJF).

³ Mestranda em Ciências Sociais pelo PPGCSO/UFJF, com bolsa CAPES-DS. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, pela mesma instituição de ensino. Participa do grupo de pesquisa “A política local na percepção dos vereadores: trajetórias, opiniões e atitudes das elites parlamentares municipais”, coordenado pela Profª Drª Marta Mendes da Rocha e financiado pelo CNPq e pela FAPEMIG. E-mail: narasal@hotmail.com.

eleitoral. Lima Júnior (1983), todavia, critica tal elaboração e sugere que se pense não em tamanho do partido, que pode variar em diferentes níveis e contextos de competição, mas que se considere a ideia de força relativa do partido, como proposto por Souza (1976).

De acordo com Machado (2012), no caso das eleições proporcionais, o efeito mais significativo das coligações resulta na maior facilidade do acesso à representação parlamentar, uma vez que a combinação de votos favorece com que se atinja o quociente eleitoral determinado, componente que se torna ainda mais relevante quando há elevada competitividade na arena eleitoral. Além disso, o autor acrescenta que estas alianças permitem congregar o tempo disponível no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) dos diversos partidos que as compõem, maximizando este importante instrumento de campanha eleitoral.

Limongi e Cortez (2010) acrescentam mais um componente pragmático relativo aos significativos gastos das campanhas eleitorais no Brasil, especialmente no que diz respeito às campanhas nacionais. A partir desta concepção, os autores acreditam que as alianças eleitorais também tenham uma função de reduzir despesas e garantir a participação das menores legendas na disputa. Os autores afirmam que: “os altos custos de entrada na disputa presidencial inviabilizam candidaturas que não contam com amparo de coligações partidárias que garantam a presença nos principais colégios eleitorais” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.29).

Já Lima Júnior, em estudo sobre o funcionamento dos partidos políticos brasileiros no período de 1945-1962, afirma que:

As decisões partidárias de formar alianças foram racionais porque tinham como principal objetivo maximizar o apoio eleitoral e foram contextuais porque tomadas localmente, à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional. A força local relativa de um partido constitui-se, assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças. (LIMA JÚNIOR, 1983, p.77)

Defendendo, portanto, que não se pode lançar mão de uma “racionalidade política invariante” para a compreensão da lógica das coligações eleitorais, assim como teria feito Gláucio Soares, Lima Júnior (1983) a substitui pela noção de “*racionalidade contextual*” e estrutura dois princípios básicos para o entendimento das coligações: “(a) o partido forma alianças a fim de maximizar seu suporte eleitoral; (b) o partido forma alianças para tentar derrotar seu principal adversário” (LIMA JÚNIOR, 1983, p.63).

Esta concepção de que a construção de coligações estaria atrelada à diminuição de opositores também perpassa a “Lei de Ferro da competição eleitoral”, em que Figueiredo (1994), considerando ainda os mecanismos do sistema eleitoral, aponta que há uma relação inversamente proporcional entre a probabilidade de formação das coligações e a estrutura de oportunidades eleitorais dos atores que compõem o jogo político em um determinado contexto. Para a autora, as regras da arena eleitoral podem aumentar ou diminuir as chances de eleição dos competidores.

Schmitt (1999), por sua vez, também proporcionou significativa colaboração ao debate através de sua tese de doutoramento em que se propõe a investigar o grau de consistência ideológica das coligações. O autor elabora três categorias de alianças que podem ser denominadas e caracterizadas da seguinte maneira: *ideologicamente consistentes*, quando compostas por partidos de mesma matriz ideológica; *mais ou menos consistentes*, quando consagradas entre blocos ideológicos colaterais (partidos de esquerda ou de direita coligados com os de centro); *inconsistentes*, se formadas por partidos com posições opostas dentro do espectro ideológico.

Apesar de sua importância, esta abordagem não considera o tamanho da coligação e o peso de cada partido participante. Para além destes elementos, Miguel (2010) ainda ressalta a insuficiência da dicotomia esquerda-direita como fator explicativo e classificativo do sistema partidário do Brasil:

[...] nossos partidos são criados e desaparecem, se fundem, se partem, mudam de nome. Há a baixa identificação do eleitorado. Há o personalismo das disputas políticas. Há o fato de que um político pode passar por diversas legendas ao longo de sua carreira, de esquerda ou de direita. Mas há, sobretudo, a fraca coesão e o localismo. (MIGUEL, 2010, p.34)

A revisão de algumas teorias produzidas sobre os fatores que atuam como incentivos e constrangimentos às coligações é um ponto de partida importante para compreender o caso dos dois partidos que protagonizam as disputas para a Presidência no Brasil: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

PT e PSDB: os diferentes diálogos no processo eleitoral brasileiro

Criado em 1980, o PT nasceu como a grande surpresa da reforma partidária promovida pelo governo militar em 1979. Nesse momento, outros fatores

impulsionaram o nascimento do partido, como o movimento operário do ABC paulista, o retorno de militantes da esquerda do exílio e a ascensão do movimento de base da Igreja Católica. De acordo com a história contada pelo próprio partido através de seu site oficial:

a criação do PT foi resultado da combinação entre a ideia e, principalmente, a prática de trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover profundas alterações nos destinos de suas histórias e da sociedade brasileira pela via democrática.⁴

Se o cenário político brasileiro estava dividido, anteriormente, entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) por força de uma imposição do governo autoritário, agora, além do PT, outros partidos davam vida ao Plano Mestre⁵, traçado pelo General Golbery do Couto Silva, cujo objetivo era “dividir para reinar”. Assim, a ARENA se transformou no Partido Democrático Social (PDS) e o MDB se dividiu em diferentes partidos: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Em 1988, originado de uma divisão no PMDB, surge o PSDB tomando como base a democracia interna e a disciplina, como declarado no estatuto do partido⁶. Segundo Anastasia, Nunes e Meira (2010, p.249), a criação do PSDB tinha “o intuito de reunir sob sua legenda os chamados autênticos ou progressistas do PMDB”. Entre os objetivos programáticos descritos em seu estatuto estão:

a consolidação dos direitos individuais e coletivos; o exercício democrático participativo representativo; a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; o respeito ao pluralismo de ideias, culturas e etnias; e a realização do desenvolvimento de forma harmoniosa, com a prevalência do trabalho sobre o capital, buscando a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais.

⁴ Disponível em http://www.pt.org.br/o_partido. Acesso em 25/02/2014.

⁵ O Plano Mestre foi divulgado pelo general Golbery, em palestra na ESG, que tinha como principal preocupação dividir a oposição para maior controle do regime sobre o processo de liberalização. Além da extinção do bipartidarismo, o Plano previa, entre outras propostas, a prorrogação dos mandatos de prefeitos e vereadores, a sincronia das eleições municipais com as eleições gerais, o voto vinculado e a ampliação da filiação partidária. (Soares, Samuel, 2006).

⁶ Disponível em http://static.psdb.org.br/wp-content/uploads/2010/04/estatuto_atualizado-psdb_2013.pdf. Acesso em 28/03/2014.

Logo nas primeiras eleições após a redemocratização, em 1989, PT e PSDB debutaram na eleição presidencial. Embora esta tenha sido uma competição diferente das que seriam travadas nas eleições subsequentes, pelo fato de que os dois partidos não representavam os principais atores em concorrência já começava a se delinear uma oposição entre eles (Tabela 1).

Tabela 1 – Coligações com a participação do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2010)

Ano	Coligações com a participação do PT	Coligações com a participação do PSDB
1989	PT – PSB – PCdoB	PSDB
1994	PT – PSB – PCdoB – PCB – PV – PPS – PMN – PSTU	PSDB – PFL – PPB – PTB – PSD
1998	PT – PCB – PSB – PCdoB	PSDB – PPB – PTB – PFL – PSD
2002	PT – PL – PCdoB – PMN – PCB	PSDB – PMDB
2006	PT – PRB – PCdoB	PSDB – PFL
2010	PT – PRB – PDT – PMDB – PTN – PSC – PR – PTC – PSB – PCdoB	PSDB – PTB – PPS – DEM (ex-PFL) – PMN – PTdoB

Fonte: TSE e Limongi e Cortez (2010).

É possível perceber, através dos dados apresentados, que PT e PSDB nunca estiveram numa mesma coligação nas disputas pela Presidência. O único momento de aproximação entre os partidos nesse contexto nacional foi em 1989, quando Mário Covas, candidato do PSDB, após chegar à quarta colocação, apoiou Lula (PT), que disputava o segundo turno dessas eleições com Fernando Collor (PMN).

Pela classificação estabelecida por Schmitt (1999), se poderia afirmar que as coligações feitas pelo PT ao longo do tempo podem ser consideradas mais *inconsistentes* do que as do PSDB, uma vez que o primeiro é incluído na categoria

esquerda⁷ e realizou coligações com partidos de direita. Como o PSDB está no centro do espectro ideológico, qualquer aliança que faça, à esquerda ou à direita, poderia ser classificada como *mais ou menos consistente*, por se tratar de partidos de posições correlatas. Todavia, como já foi exposto anteriormente, tal categorização tem suas limitações, o que torna necessário avaliar outras variáveis.

Outro elemento que ainda pode ser observado nos dados da Tabela 1 são os aliados históricos de ambos os partidos: para o PT, o PSB, e para o PSDB, o PFL, atual DEM. Contudo, fatores do próprio sistema eleitoral também podem ter efeito sobre a clivagem entre os dois partidos, segundo sugerem Anastasia, Nunes e Meira:

A lógica da disputa presidencial, que envolve um sistema majoritário com produção de resultados de soma zero, alimentou a polarização política entre as duas legendas e resultou no alinhamento do PSDB com partidos situados à direita do espectro ideológico, como o PFL e o PTB; e na aliança do PT com partidos de esquerda como PSB, PCdoB e PSTU. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.251)

Para Limongi e Cortez (2010), mesmo que ambos os partidos tenham construído coligações estáveis, que se estreitaram ao longo do tempo, no caso do PT observou-se maior rigidez ideológica⁸ na formação das alianças antes da chegada de Lula ao poder, em 2002. Desse ponto em diante, o comportamento do partido sofreu uma alteração. Segundos os autores, “para chegar à presidência, o partido sempre se mostrou disposto a fazer alianças com inimigos do passado, como também se mostrou aberto a sacrificar sua penetração e expansão estadual em nome de uma política nacional” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.26). Assim, para eles, a mudança nas estratégias de coligações do PT se deve, principalmente, à sua chegada ao poder pela Presidência.

Ainda que, com os componentes apresentados, já se possa vislumbrar o posicionamento antagônico consolidado pelos partidos no decorrer das diversas rodadas eleitorais, a análise do desempenho eleitoral dos partidos no período se faz fundamental (Tabela 2), ao demonstrar como eles se converteram nos principais atores da competição majoritária nacional. Afinal, como poderia haver polarização se não fosse acirrado o grau de competitividade entre os partidos?

Nesse sentido, determinada vertente de autores argumenta que, a despeito do grande número de partidos existentes no Brasil, não há multipartidarismo efetivo no que tange às disputas majoritárias. Lima Júnior (1983), referindo-se à primeira experiência

⁷ Para verificar a classificação ideológica dos partidos, conferir Fleischer (2010).

⁸ Na percepção de análises como a de Miguel (2010).

democrática brasileira de 1946-1964, aponta que o suposto excesso de fragmentação se dá, apenas, nominalmente, uma vez que o grau de competitividade reduz significativamente o número de atores relevantes e com reais chances de vitória. Assim, o autor defende que o número de partidos efetivamente importantes nas eleições não engloba a totalidade de legendas existentes. Para ele, o que determinaria a relevância ou não de tal agremiação política na disputa seria o seu esforço de organização somado às variações contextuais no espaço e no tempo, bem como nos diferentes níveis de competição.

Tabela 2 – Desempenho do PT e do PSDB no 1º turno das Eleições Presidenciais (1989-2010)
(% votos válidos)

Ano	Partido		
	PT	PSDB	PT + PSDB
1989	16,1	10,8	26,9
1994	27,0	54,3	81,3
1998	31,7	53,1	84,8
2002	46,4	23,2	69,6
2006	48,6	41,6	90,3
2010	46,9	32,6	79,5

Fonte: TSE e Limongi e Cortez (2010) e Anastasia, Nunes e Meira (2010).

Limongi e Cortez (2010), em estudo mais recente, concordam com a tese de Lima Júnior (1983), estendendo sua validade a partir do período da redemocratização até as eleições presidenciais de 2010. De acordo com os autores, o multipartidarismo, no sistema brasileiro, está restrito ao Poder Legislativo, cujos membros são eleitos pelo sistema proporcional. Além de identificarem uma lógica bipartidária nos pleitos presidenciais desde 1994, Limongi e Cortez (2010) confirmam o protagonismo do PT e do PSDB. Em todas as eleições entre 1994 e 2010⁹, os partidos somaram mais de 60% do total dos votos válidos, liderando a competição. O PSDB venceu duas disputas, em 1994 e em 1998, quando elegeu Fernando Henrique Cardoso, e o PT ganhou os pleitos de 2002, 2006 e 2010, levando Lula por duas vezes à Presidência, sendo sucedido por Dilma Rousseff.

⁹ No primeiro pleito após a redemocratização, em 1989, o segundo turno foi disputado entre Fernando Collor de Mello (PMN) e Luís Inácio Lula da Silva (PT), com a vitória de Collor. Nessa eleição, PT e PSDB somaram, juntos, apenas 28,7% dos votos, segundo dados apresentados por Limongi e Cortez (2010).

Os autores consideram que “as eleições presidenciais organizam e estruturam as demais disputas” e que esta “é o prêmio principal; os demais são subsidiários” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.22). Eles apontam que essa clivagem entre PT e PSDB também se reproduz, em maior ou menor escala, na esfera estadual, podendo ser representada também por aliados históricos dos partidos, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no caso do PT, e o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), no caso do PSDB.

Como já foi afirmado, na disputa de 1989 não é possível verificar a polarização nem a centralidade do PT e do PSDB. Contudo, a partir de 1994, com as primeiras “eleições casadas”, delinea-se um padrão de competitividade e polarização entre os partidos com ambos somando nunca menos de 69% dos votos válidos em todas as eleições desde então até o ano de 2010. Em 1994 e em 1998, o PSDB elegeu Fernando Henrique Cardoso para a presidência no 1º turno e Luís Inácio Lula da Silva, candidato petista, obteve a segunda colocação. De 1994 a 2002, o PT se consolidou como o principal partido de oposição. Quando, em 2002, o PT chega ao poder com a vitória de Lula, a polarização entre os dois partidos se solidifica, já que, até então, o PT, que representava apenas uma possibilidade se torna realidade e o PSDB se estabiliza como a legenda mais significativa de oposição ao governo.

Há quem vislumbre o enfraquecimento da clivagem entre os dois partidos por diversos motivos: a não alternância de poder, com a sucessão de Dilma Rousseff aos dois mandatos de Lula; a disputa pela principal força de oposição entre o PSDB e o DEM desde 2002; a competição no interior do PSDB que pode vir a abrir espaço ou a beneficiar Marina Silva (PSB) no próximo pleito. Entretanto, o fato é que, desde 1994, PT e PSDB controlam mais de 69% dos votos válidos nas eleições presidenciais e se apresentam ao eleitorado como as alternativas centrais para as grandes questões da nação. Segundo Echegaray, em afirmação feita no ano de 2007:

Avaliados em sua competência para resolver diferentes assuntos – da violência à corrupção, do desemprego à educação, do crescimento econômico ao meio ambiente –, somente os dois grandes agrupamentos partidários do PT e do PSDB são reconhecidos como capazes por uma maioria expressiva. O resto da oferta eleitoral-partidária simplesmente carece de força suficiente em qualquer uma dessas áreas específicas para disputar um espaço com o atual bipartidarismo [...]. (ECHEGARAY, 2007, p.16)

No período entre 1989 a 2010, PT e PSDB foram as únicas agremiações partidárias a apresentarem candidatos próprios nas eleições presidenciais de modo

contínuo, sem interrupções. Ambos os partidos participaram de todas as disputas, enquanto o PCB/PPS e o PDT – legendas que ofereceram mais candidaturas depois do PT e do PSDB – ingressaram na competição com candidatura própria metade das vezes. Os outros partidos participaram com candidato próprio ainda menos do que isto. Tais fatores reforçam ainda mais o duopólio dos dois partidos na arena política nacional.

Com menor intensidade e de maneira diferenciada, a literatura indica que a clivagem PT-PSDB também se reproduz, em alguma medida, no nível estadual, no que diz respeito às disputas majoritárias – é o que Sandes-Freitas (2012) denomina de *nacionalização da competição eleitoral*. Na perspectiva do autor, este movimento se inicia após o pleito de 1994, já que no período anterior os arranjos políticos estaduais seriam dotados de lógica própria, como apontado por Lima Júnior (1983). Depois, há uma mudança na lógica eleitoral, sobretudo na formação das coligações, que, segundo o autor, indica o entrelaçamento entre as dinâmicas políticas nacional e estadual.

De acordo com Sandes-Freitas (2012), componentes institucionais do sistema eleitoral, como a possibilidade de reeleição para cargos majoritários, estabelecida em 1997, e a verticalização das coligações partidárias, instituída pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2002, também teriam influência sobre a *nacionalização da competição*. Para Melo (2006, p.56), a verticalização exigida, ao invés de contribuir para a coerência das coligações, incentivou a formação de alianças informais nos estados e a desistência de algumas legendas de participar da disputa presidencial. Assim, no ano de 2006, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 52, garantindo autonomia aos partidos para escolherem livremente suas alianças eleitorais.

Se PT e PSDB, nas eleições para a presidência, concentravam mais de 69% dos votos válidos desde 1994, o panorama estadual opera de modo menos centralizado, conforme indica Limongi e Cortez (2010). Nesta circunstância, a soma dos votos recebidos pelos dois partidos nas eleições para governador atinge 52% em seu melhor desempenho (Tabela 3). Mesmo que em nível nacional PT e PSDB garantam maior predomínio, é possível verificar que ambos os partidos ainda concentram número significativo de votos na disputa pelos governos estaduais, que sofreu aumento considerável em 2002 e em 2006. Percebe-se que, cada vez mais, as legendas selecionadas – PT, PSDB, PSB, PMDB e DEM – se configuram como os atores centrais na arena política estadual, já que o número de votos recebidos por outros partidos envolvidos na competição diminui ano após ano, indicando uma simplificação do

quadro partidário neste nível, que pode ser confirmada pelo número de governadores eleitos por cada um destes partidos (Tabela 4).

O PSDB, no que diz respeito ao número de governadores eleitos no período entre 1990 e 2010, teve quase o dobro do PT, porém, juntos, obtiveram parcela significativa dos representantes eleitos, especialmente a partir de 1994, de modo que:

Dentre os maiores partidos brasileiros, PT e PSDB foram os únicos a se mostrarem capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno de (1) e (2). PT e PSDB sempre tiveram claro que as decisões tomadas na arena principal – a presidencial – deveriam subordinar as demais. Mas, pelo menos até 2002, isso teve consequências distintas para os dois partidos. Mesmo antes da primeira eleição presidencial, a estratégia petista sempre foi claramente nacional – tratava-se de firmar um projeto político, de levar o partido ao maior número de estados possível, correndo em faixa própria com seus símbolos e seu discurso. [...] No caso do PSDB a candidatura presidencial sempre procurou apoio em candidatos estaduais competitivos, fossem eles do PSDB ou não. Em consequência, o número de candidaturas próprias aos governos estaduais, entre 1990 e 2010, foi bem menor que os lançados pelo PT [...]. (MELO e CÂMARA, 2012, p.83)

Apesar de tal *nacionalização da competição*, ainda é essencial considerar que fatores contextuais possivelmente atuam na formação de alianças e, portanto, na configuração do cenário político estadual. Como demonstrado por Anastasia, Nunes e Meira (2010), as únicas alianças constituídas, entre 1998 e 2010¹⁰, que incluíam ambos os partidos ocorreram nas eleições para os governos estaduais do Acre e do Piauí, em 1998. Também é válido ressaltar que, de 1998 até 2006, PT e PSDB não competiram nem cooperaram para os pleitos de governadores no Paraná (1998); em Alagoas, no Amazonas, no Espírito Santo, no Maranhão, em Rondônia e em Roraima (2002); no Amazonas, na Bahia, no Espírito Santo, no Paraná e em Rondônia, (2006). Ou seja, com relação a estas eleições poderia ser afirmado que a disputa não esteve polarizada entre os dois partidos.

Não obstante, tal elaboração pode não ser sustentada devido ao fato, assegurado por Limongi e Cortez (2010), de que os partidos não atuam isoladamente na arena estadual, mas formam blocos junto a seus aliados históricos, o PSB, no caso do PT, e o PFL/DEM, no caso do PSDB. “Assim, no geral, a disputa nos estados gira em torno dos representantes diretos dos dois blocos ou se dá entre um destes e o PMDB” (LIMONGI e CORTEZ, 2010, p.34).

¹⁰ Os autores expõem dados referentes ao período entre 1998 e 2006. A atualização englobando a disputa de 2010 é de responsabilidade da autora.

Tabela 3 – Percentual de votos recebidos pelos principais partidos para o cargo de governador no Brasil (1990-2010)

Ano	Partido						
	PT	PSDB	PT + PSDB	PSB	PMDB	DEM	Outros
1990	9,7	11,6	21,3	0,5	22,2	10,8	45,3
1994	11,7	23,2	34,9	2,4	17,5	6,8	38,5
1998	14,5	19,9	34,4	2,9	22,9	15,3	24,6
2002	27,7	22,9	50,6	10,1	12,9	7,2	19,3
2006	21,9	30,1	52,0	5,8	18,0	7,8	16,3
2010	20,1	28,9	49,0	11,5	18,2	4,2	16,9

Fonte: Adaptada de Limongi e Cortez (2010).

Tabela 4 – Governadores eleitos (1990-2010)

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	Total
PT	0	2	3	3	5	5	18
PSDB	1	6	7	7	5	8	34
PT + PSDB	1	8	10	10	11	13	53
PSB	0	2	2	4	3	6	17
PMDB	7	9	6	5	7	5	39
DEM	8	2	6	4	1	2	23

Fonte: Limongi e Cortez (2010).

Anastasia, Nunes e Meira (2010), concluem o conjunto de argumentos propondo que a relação eleitoral entre PT e PSDB engloba “[...] a reiteração de um padrão competitivo entre os dois partidos, ao longo do tempo, na maioria dos estados brasileiros, no âmbito das eleições para governadores, replicando as interações já apontadas no contexto do pleito presidencial” (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.257).

De 1994 a 2010, PT e PSDB rivalizaram diretamente nas eleições para governador em pequeno número de estados e com reduzida frequência, a maior delas no ano de 2002 (Quadro III), de acordo com dados do TSE. Considerando as disputas em

que ambos os partidos apresentaram candidatos próprios e que também eram os mais competitivos, a maior polarização se deu, ao longo do tempo, nos estados do Pará e de São Paulo. No ano de 1994, não houve nenhum caso de tal clivagem. Em 1998, ela aconteceu somente no estado do Mato Grosso do Sul. Já em 2002, houve aumento na polarização estadual, que foi ampliada para os estados do Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná e São Paulo, além de ter se repetido no Mato Grosso do Sul. Assim, totalizaram seis casos. Na eleição seguinte, em 2006, o número foi reduzido para quatro casos, incluindo uma nova manifestação, no estado do Rio Grande do Sul, e repetições em Minas, Pará e São Paulo. Em 2010, a polarização se reduz ainda mais, permanecendo apenas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e estreando no Acre. Apesar de, à primeira vista, os dados aparentarem demonstrar pequena importância da polarização entre PT e PSDB nos estados, é preciso considerar, como aponta a literatura, que nessa arena, a clivagem pode se dar, muitas vezes, por meio de aliados históricos dos partidos. Da clivagem entre PT e PSDB no nível nacional para a relativa polarização que opera na arena estadual incidiram componentes, sejam eles referentes à organização do partido, a fatores contextuais ou a estratégias das lideranças locais, que modificam o grau de predomínio dos dois partidos. É de se esperar que este panorama sofra ainda mais alterações quando transposto para o âmbito municipal, esfera na qual se veria com maior intensidade a operação de uma *racionalidade política contextual* nos termos de Lima Júnior (1983). Neste caso, o autor propõe que se investiguem as particularidades da dinâmica político-partidária e a força relativa dos partidos no nível subnacional em vez de se lançar mão da *racionalidade política invariante*.

Quadro III: Estados nos quais PT e PSDB lideraram a disputa pelos governos estaduais como adversários (1994-2010)

1994	1998	2002	2006	2010
-	MS	CE, MS, MG, PA, PR,SP	MG, PA, RS, SP	AC, PA, SP

Fonte: TSE.

Kerbaux (2009), no entanto, defende que ainda que a polarização PT-PSDB não se reproduza no âmbito local, ela tem impacto sobre a maneira pela qual os partidos se

organizam, devido à consolidação das legendas em território nacional visualizada a partir de 1996. Porém, a autora não despreza os componentes do arranjo político municipal, afirmando que os resultados da competição “parecem carregar características regionais e locais que interferem fortemente na arena eleitoral” (KERBAUY, 2009, p.28). Dantas (2013), por sua vez, defende que o arranjo partidário municipal dispõe de certa autonomia quando se refere às disputas por prefeituras.

Anastasia, Nunes e Meira (2010) congregam as duas perspectivas, a de nacionalização e a de racionalidade contextual para formularem a conexão entre os diferentes níveis da disputa política.

A dinâmica e os resultados da competição política em alguns dos municípios brasileiros, no contexto das eleições municipais, configuram *fatores contextuais* para a organização da competição em outras arenas, escolhidas por alguns atores como arenas principais do jogo eleitoral. Dessa forma, as eleições municipais, em algumas capitais e cidades de grande porte, estão *aninhadas* com as eleições para governadores e para presidente. (ANASTASIA, NUNES e MEIRA, 2010, p.263)

Para os autores, o *aninhamento* das eleições nas três esferas implica em um jogo que ocorre em múltiplas rodadas, interligando resultados e posicionamentos de oposição ou de aliança. Mais do que um jogo que acontece no espaço, a competição política também abrange o tempo, elemento que somado a outros fatores, estrutura a lógica partidária local. Braga e Rodrigues-Silveira (2012) também partem deste princípio ao afirmarem que as bases locais podem atuar na resolução de conflitos intrapartidários, assim como podem embasar a construção de alianças formais ou informais no nível subnacional que auxiliem no alcance de objetivos nacionais. Segundo os autores, “neste sentido, as estruturas partidárias no Brasil importam na medida em que permitem, ao mesmo tempo, a consolidação de um partido a nível local, mas também ajudariam a estabelecer limites para o desenvolvimento territorial de outros partidos” (BRAGA e RODRIGUES-SILVEIRA, 2012, p.42, tradução nossa).

O principal argumento explicativo das coligações no âmbito municipal é, para Peixoto (2010), a probabilidade de o sistema de poder no município já estar consolidado quando as agremiações partidárias iniciam seu processo de expansão territorial das bases eleitorais. Deste fato resultariam dois processos: (1) não restaria alternativa aos novos partidos que se instalam no município a não ser a formação de coligações com aqueles já consolidados, que podem, inclusive, ser de matriz ideológica diferente, uma vez que o jogo político poderia apresentar relativa estabilidade e dificuldade de inserção

inicial dos novos partidos na competição; (2) legendas que buscam a expansão territorial seriam obrigadas a se adaptar às singularidades locais, o que explicaria a variação de parceiros do PT nas coligações a partir do momento em que se expandiu pelos municípios brasileiros.

No que concerne às relações estabelecidas entre PT e PSDB na esfera municipal, Anastasia, Nunes e Meira (2010) verificam um aumento de 8,2% para 19,1% nas coligações que englobam ambos os partidos entre o período de 2000 e 2008, em municípios com até 200 mil eleitores. Por outro lado, nas cidades de maior porte, o índice é consideravelmente menor, embora tenha aumentado ao longo dos anos: em 2000, as alianças representavam 3,2%, porcentagem que passou para 4,4%, em 2004, e atingiu 5,3%, em 2008.

Dantas (2013) também observa que, no universo dos 5.568 municípios brasileiros, PT e PSDB estiveram coligados em 1104 deles nas eleições majoritárias de 2012. Entre 2000 e 2012, o autor aponta que as alianças entre os dois partidos aumentaram cerca de 144,79%. Apesar de, aparentemente, o índice parecer elevado, em comparação com o avanço das coligações entre o PT e os demais partidos, é o terceiro menor, estando à frente apenas do PSB e do PPS¹¹. Interessante notar que o primeiro é considerado o aliado histórico do Partido dos Trabalhadores. Neste sentido, parece verdadeiramente que a lógica local é diferenciada.

Depois do PMDB, PT e PSDB são, respectivamente, os partidos que mais lançaram candidatos a prefeito no pleito de 2012. O perfil da participação de ambas as legendas nestas eleições indica que o PT conseguiu eleger mais representantes no Nordeste e o PSDB, no Sudeste.

Há um elemento que parece ser central para a compreensão da dinâmica das coligações em nível local e que, a despeito das diferentes abordagens explicativas, perpassa, de algum modo, toda a literatura sobre o tema: a dimensão do município. Na análise de Anastasia, Nunes e Meira (2010), a frequência e o êxito eleitoral das coligações entre PT e PSDB tende a ser menor à medida que aumenta o tamanho e a centralidade política do município. Deste modo, coligações como esta, que confronta a polarização estabelecida nacionalmente, é mais comum quanto menor a cidade e quanto menor a sua visibilidade no cenário nacional uma vez que nestas circunstâncias haveria

¹¹ Dantas (2013) considera os dez grandes partidos: PP, DEM, PR, PTB, PMDB, PSDB, PPS, PDT, PSB e PT.

menor impacto na próxima e mais importante rodada do jogo, as eleições presidenciais. Miguel e Machado (2010) também argumentam nesse sentido:

As identidades partidárias tornam-se mais fluidas e orientadas por situações mais específicas com o decréscimo no tamanho dos municípios. Existe um mosaico de posições partidárias, porém, ao se enxergar o conjunto à distância, não se forma uma imagem clara de qual figura essas peças menores se destinavam a representar. (MIGUEL e MACHADO, 2010, p.363)

Peixoto (2010) vai além e produz um modelo explicativo das coligações entre PT e PSDB. Em seus achados, ele registra a relação proporcional entre probabilidade dos dois partidos se coligarem e as variáveis: (a) tamanho da população, (b) renda per capita do município, (c) proporção de analfabetos, (d) industrialização, (e) capital eleitoral do partido na eleição anterior e (f) competição eleitoral. Ele percebe que quanto mais se aumenta (a), (d), (e) e (f) diminui a probabilidade de coligação entre PT e PSDB. As demais variáveis atuam de maneira oposta sendo que quando encontradas em maior grau, maior a chance de a aliança acontecer. No entanto, o autor adverte:

Essas flexibilizações podem ter mais a ver com questões de posicionamento estratégico [...] do que com características socioeconômicas ou demográficas dos pequenos municípios em si (em geral, baixa renda, altas taxas de analfabetismo, baixa industrialização, etc.). Pode-se apontar também que o grau de competição do sistema não é um fator preponderante para explicar as coligações nos municípios entre adversários ideológicos no nível nacional; [...] não basta competição agregada do sistema, e sim a competitividade do ator que faz a escolha de se coligar ou não. (PEIXOTO, 2010, p.297)

É possível afirmar que o arranjo político local é um jogo complexo que envolve variadas questões, como pôde ser verificado. Entretanto, oferece elementos suficientes para a elaboração da hipótese desenvolvida neste trabalho segundo a qual a polarização entre PT e PSDB não se reproduz de forma automática nos municípios de pequeno e médio porte.

Considerações finais

O predomínio do PT e do PSDB na disputa para a eleição presidencial nos últimos 20 anos e a estabilidade dessa dinâmica contrasta com o diagnóstico bastante comum na literatura que aponta a baixa institucionalização do sistema partidário brasileiro e o baixo grau de identificação dos eleitores com os partidos no Brasil. Opõe-se ainda com os índices de volatilidade eleitoral, com o caráter fortemente personalista

dos processos eleitorais no país e com a ideia bastante difundida de que os partidos brasileiros não se institucionalizaram ao ponto de estruturar de forma consistente e duradoura as escolhas dos eleitores. Ainda que se destaque o PT como um partido diferenciado, dadas as suas origens, as suas características organizacionais e o seu número de simpatizantes, fica a questão: como explicar que no contexto do sistema partidário brasileiro, este bipartidarismo no nível da eleição presidencial tenha emergido e se consolidado?

Embora os estudos sobre coligações no Brasil não sejam suficientes para responder de forma efetiva tal questão são de suma importância para orientar a sua compreensão. Em síntese, eles se dividem e combinam as perspectivas pragmáticas, que têm foco na redução de custos e maximização dos resultados eleitorais, analisando as coligações como modo de atingir o quociente eleitoral e aumentar o tempo no HGPE, por exemplo, e a perspectiva ideológica, que propõe que alianças com partidos de posições diferentes no espectro ideológico podem trazer altos custos aos partidos que, por isso, as evitariam.

Através da revisão bibliográfica apresentada também é possível perceber, inicialmente, como a mudança do nível de disputa altera a formação de coligações no Brasil. Utilizando a relação PT-PSDB como exemplo, enquanto no nível nacional tais partidos são atores centrais e polarizados na disputa pela Presidência, sobretudo a partir de 2002, como aponta a literatura, nos estados já apresentam mudança efetiva de comportamento. Admite-se a *nacionalização* da disputa que, embora não se reproduza da mesma maneira nos estados, tem forte influência sobre seus arranjos eleitorais. Tal panorama se modifica ainda mais com a mudança de nível para o município. Em teoria, a polarização nacional ao passar de nível diminuiria sua força, chegando ainda mais fraca na arena municipal, estando diretamente relacionada com o tamanho e a visibilidade do município.

Referências bibliográficas

ANASTASIA, F.; NUNES, F.; MEIRA, J. F. (2010), “A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*, Ed. UNESP, São Paulo.

BRAGA, M. S. S. e RODRIGUES-SILVEIRA, R. (2012), “Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario em Brasil”, *América Latina Hoy*, Vol.62, pp.15-45.

BRASIL. *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Estabelece normas para as eleições. Disponível em <http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>. Acesso em 26/02/2014.

DANTAS, H. (2013), “Eleições municipais 2012 e o padrão de coligações entre os partidos para disputa de prefeituras”, *Cadernos Adenauer*, Vol.XIV, No.2, pp.127-145.

DOWNS, A. (1957), *An economic theory of democracy*, Harper, New York.

ECHEGARAY, F. (2007), “Eleições no Brasil: a caminho de um sistema político moderno”, *Política & Sociedade*, Vol.10, pp.13-24.

FIGUEIREDO, M. (1994), “A Lei de Ferro da Competição Eleitoral: A Aritmética Eleitoral ou Eleições Casadas, Resultados Solteiros e o Dilema dos Partidos”, *Cadernos de Conjuntura*, No.50, IUPERJ, Rio de Janeiro.

FLEISCHER, D. (2010), “Articulação de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 versus 2002 e 2006): impacto sobre os partidos”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*, Ed. UNESP, São Paulo.

KERBAUY, M. T. M. (2009), “As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais”, *Perspectivas*, Vol.35, pp.15-33.

LIMA JÚNIOR, O. B. (1983), *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*, Graal, Rio de Janeiro.

LIMONGI, F. e CORTEZ, R. (2010), “As eleições de 2010 e o quadro partidário”, *Novos Estudos*, Vol.88, pp.21-37.

MACHADO, C. A. M. “Condicionantes das coligações para o cargo de prefeito no Brasil (2000)”, *36º Encontro Anual da ANPOCS*, Águas de Lindóia.

MELO, C. R. (2006), “Reforma Política em Perspectiva Comparada na América do Sul”. In: AVRITZER, L. e ANASTASIA, F. (Orgs.), *Reforma Política no Brasil*, Editora da UFMG Belo Horizonte.

_____. e CÂMARA, R. (2012), “Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil”, *Dados – Revista de Ciência Sociais*, Vol.55, No.1, pp.71-117.

MIGUEL, L. F. (2010), “Os partidos brasileiros e o eixo ‘esquerda-direita’”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*, Ed. UNESP, São Paulo.

_____. e MACHADO, C. (2010), “De partido de esquerda a partido do governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*, Ed. UNESP, São Paulo.

PEIXOTO, V. M. (2010), “Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia”. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Orgs.), *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*, Ed. UNESP, São Paulo.

VEIGA, L. (2007), “Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002”, *Opinião Pública*, Vol.13, No.2, pp.340-365.

_____. e GONDIM, S. M. G. (2001), “A Utilização de Métodos Qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político”, *Opinião Pública*, Vol.VIII, No.1, pp.1-15.

SANDES-FREITAS, V. E. V. (2013), “Alianças contextuais ou nacionalizadas? Análise das coligações nas eleições para prefeito em 2012”. *Cadernos Adenauer*, Vol.XIV, No.2, pp.147-165.

_____. (2012) “Nacionalização da competição eleitoral no novo contexto democrático brasileiro: uma análise à luz das categorias analíticas e do neoinstitucionalismo”. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, Vol.21, No.2, pp.48-60.

SANTOS, F. (2012), “As eleições municipais e seu lugar”, *Valor Econômico*, 3 março, São Paulo.

SCHMITT, R. (1999), *Coligações Eleitorais e Sistema Partidário no Brasil*, tese de doutorado em Ciência Política, IUPERJ, Rio de Janeiro.

SOUZA, M. C. C. (1976), *Estado e partidos políticos no Brasil*, Alfa-Ômega, São Paulo.

SOARES, G. D. (1964), “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, No.17, pp.95-124.

SOARES, S. A. (2006), *Controles e autonomia: as Forças Armadas e o sistema político brasileiro (1974-1999)*, Editora UNESP, São Paulo.